

## AVALIAÇÃO DO PRIMEIRO MANDATO DE GEORGE W. BUSH E PERSPECTIVAS PARA O SEGUNDO

*Carlos da Fonseca*<sup>1</sup>

### **POLÍTICA EXTERNA DO PRIMEIRO MANDATO BUSH: ASPECTOS DOUTRINÁRIOS**

**D**urante a campanha presidencial de 2000, o então candidato George W. Bush era criticado por ser um “iletrado” em assuntos internacionais.<sup>2</sup> Em mais de uma ocasião, foi objeto de escárnio por gaguejar ou derrapar em comentários sobre temas da agenda internacional. Em notória entrevista a Andy Hiller, repórter de televisão em Boston,<sup>3</sup> foi incapaz de citar pelo nome os líderes de Taiwan, Chechênia, Índia e Paquistão – este último, Pervez Musharraf, recém-empossado após golpe em outubro daquele ano. Em debates e declarações, o candidato republicano era vago nas propostas e fértil nas imprecisões geográficas. Confundiu Eslováquia e Eslovênia, batizou gregos de “Grecians” e Kosovares de “Kosovians”.<sup>4</sup>

Coerentemente, pregava, entre gafes e tropeços, “humildade” no trato das relações externas americanas, “prudência” no uso da força e, sobretudo, parcimônia nos exercícios de *nation building*.<sup>5</sup> Limitado em sua experiência internacional às adjacências do Texas, prometia prioridade hemisférica e, no hemisfério, ao vizinho México, de cujos Presidente e Chanceler sabia os nomes.<sup>6</sup>

Conhecimento de mundo nunca foi credencial decisiva na indicação à presidência americana. Em plena Guerra Fria, Jimmy Carter e Ronald Reagan destacaram-se, antes das eleições, por currículos tucanos nesse quesito.<sup>7</sup> Uma vez eleitos, ambos surpreenderam pela desenvoltura e ambição de sua conduta internacional. George H. W. Bush, notório conhecedor dos problemas do mundo, vencedor da Guerra do Kuáite, foi derrotado, em 1992, por um democrata, ex-governador do provinciano estado de Arkansas, que pregava a primazia das questões econômicas domésticas.<sup>8</sup> Anos mais tarde, o mesmo Clinton torna-se-ia ator desenvolto na cena internacional, popular e respeitado em sua defesa do multilateralismo e das “terceiras vias”.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Políticas Públicas pela Kennedy School of Government, Harvard University. Trabalhou na Embaixada do Brasil em Washington entre 2001 e 2005. As interpretações e opiniões contidas no artigo são de responsabilidade do autor.

<sup>2</sup> A expressão usada, em inglês, teria sido “*know nothing*” (The world according to Bush, revista *Time*, 06 dez. 1999).

<sup>3</sup> A entrevista foi realizada no dia 3 novembro de 1999, por Andy Hiller, repórter político da WHDH-TV, canal afiliado à NBC em Boston. Não obstante o caráter anedótico do fato, a entrevista suscitou imediata crítica democrata. Al Gore, através de seu porta-voz, recordou, de forma depreciativa, os resultados medíocres de Bush na Universidade de Yale. Bush reagiu através de sua assessora Karen Hughes, dizendo que seu objetivo era a presidência, e não vencer testes de conhecimentos gerais.

<sup>4</sup> Cf. The world according to Bush. *Time*, 06 dez. 1999.

<sup>5</sup> Primeiro debate com Al Gore, 3 de outubro de 2000.

<sup>6</sup> Entrevista a Andy Hiller, WHDH-TV, 3 novembro de 1999.

<sup>7</sup> Carter lustrou seu “pedigree” internacional com participação na Trilateral Commission, fundada por David Rockefeller. Reagan não se deu a esse trabalho

<sup>8</sup> A frase que definiu o sentido da campanha, e e justificou seu resultado, foi a célebre “*It’s the economy, stupid!*”, empregada pela campanha de Clinton em 1992, e atribuída ao estrategista democrata James Carville.

Em que pesem as expectativas em contrário, a trajetória de Bush filho não foi exceção à regra. Afinal eleito, ganhou, com o conselho de seus “vulcanos”,<sup>9</sup> confiança e estatura ao longo dos primeiros meses na Casa Branca. O 11 de setembro precipitou sua metamorfose, promovendo a “reinvenção” do Chefe de Estado em Comandante-em-Chefe. Para todos os efeitos, Bush tornou-se, no plano internacional, um dos mais ativos presidentes americanos dos últimos anos.

Essa metamorfose não se refletiu apenas em programas e discursos. Atingiu também a persona presidencial, que cresceu em confiança e carisma. O novo Bush soube, assim, convencer o eleitor a apoiá-lo em idéias e projetos freqüentemente polêmicos, confundindo adversários com a audácia de suas iniciativas e o tamanho de sua determinação. Fez uso abundante da força, retórica e militar. Aderiu ao “*nation building*”, no caso do Iraque e do Afeganistão. Calou a oposição democrata, ao promover verdadeiro “seqüestro patriótico” de sua vontade política,<sup>10</sup> no uso habilidoso da temática da segurança, especialmente após o 11/09. Garantiu, assim, vitória nas eleições legislativas de 2002, às vésperas da invasão do Iraque, e sucesso na reeleição de 2004.

Nesse processo, promoveu virtual revolução na política externa americana<sup>11</sup> – uma revolução menos de objetivos do que nos instrumentos e princípios a governar a atuação dos EUA no mundo.

Assim, nos últimos quatro anos, o governo americano confiou, mais do que nunca, no exercício unilateral de poder em lugar da aplicação de normas e regimes internacionais. Fez uso de política proativa de ataques preventivos (“*preemptive strikes*”), em lugar das estratégias reativas de dissuasão e contenção. Optou (ao menos inicialmente) pela retórica do “*regime change*”, em lugar de negociações com líderes desafetos. Preteriu alianças tradicionais e permanentes em benefício de coalizões ad hoc (“*Coalition of the Willing*”). Recuou da tradicional política de apoio à integração europeia, em favor de uma exploração política das divisões internas da EU.<sup>12</sup>

A índole “revolucionária” do presidente americano tem raízes fincadas em sua pessoa humana e em sua persona política: Bush é, a um só tempo, o convertido, homem que acredita ter recebido de Deus a missão de liderar um “país com uma missão”; o filho de um ex-presidente, a quem ambicionava superar tanto em termos de número de mandatos como da marca deixada na história americana;<sup>13</sup> o líder de um Partido Republicano que vive momento de ascensão e hegemonia política, fortalecido pela reafirmação de um conservadorismo renitente e ideológico.<sup>14</sup>

A natureza da “revolução” proposta fundamenta-se em premissas simples, mas de difícil implementação: por um lado, a maximização da “liberdade de ação” dos EUA, única superpotência

<sup>9</sup> A expressão (“*Vulcans*”) foi cunhada por James Mann, autor de livro sobre a assessoria direta de Bush durante a campanha de 2000. Os “vulcanos” eram Dick Cheney, Condoleezza Rice, Colin Powell, Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz e James Kelly. In: Mann, James. *The rise of the vulcans*. Penguin Books, 2004.

<sup>10</sup> A expressão foi empregada por vários analistas políticos. Ver, notadamente, artigos de Paul Krugman, Bob Herbert e Maureen Dodd, no *New York Times*, 2001/2002.

<sup>11</sup> Lindsay, James e Daalder, Ivo. *America unbound*. Washington: Brookings Institution, 2003.

<sup>12</sup> Recorde-se, a esse respeito, o tom depreciativo do Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, em relação à “velha Europa”, e à aliança preferencial com o Reino Unido.

<sup>13</sup> A política de Bush para o Iraque foi determinada, em grande parte, pelo que julgava haverem sido erros do pai.

<sup>14</sup> No plano da política externa, essa tendência definiu-se, nos anos noventa, na reação contra o que se julgou ser a “negligência” do governo Clinton.

mundial, tendo em vista a defesa dos interesses nacionais e a garantia da segurança da população (ataques preventivos, unilateralismo, alianças ad hoc, etc.); por outro, o emprego dessa liberdade em exercício “revolucionário” de transformação do mundo (a rationale da guerra do Iraque invocou, à falta de armas de destruição em massa, a promoção da democracia no “grande Oriente Médio”).

Elementos da “revolução” de Bush já se anunciavam antes dos atentados de 11 de setembro. Artigo-programa do candidato, assinado por Condoleezza Rice,<sup>15</sup> salientava a necessidade de retorno a uma defesa sistemática dos “interesses nacionais americanos”, ao tempo em que questionava méritos e vantagens do multilateralismo *per se*, praticado, segundo Rice, pela administração Clinton. A defesa intransigente e unilateral dos interesses americanos pregada no artigo foi exercitada, em pelo menos duas ocasiões, já nos primeiros meses de governo: antes do 11 de setembro, Bush já havia denunciado o ABM e abandonado o Tratado de Quioto. Os atentados exacerbaram a tendência.

Nos meses e anos subseqüentes, outros textos (discursos e artigos) pontuaram as diferentes etapas de implementação do que se passou a chamar de “doutrina Bush”.

Assim, no discurso ao Congresso Nacional, em 20 de setembro de 2001, Bush estabeleceu os primeiros marcos da doutrina, ao apresentar exigências “não-negociáveis” ao Afeganistão (“*these demands are not open to negotiation or discussion*”) e anunciar ao mundo que “*Either you are with us or with the terrorists*”;

No “Estado da União” de 2002 (janeiro), cunhou a hoje famosa expressão “eixo do mal”, inspirada pelo “Império do mal” dos anos Reagan, ao referir-se a Irã, Coréia do Norte e Iraque;

Em setembro daquele ano, em sua Estratégia de Segurança Nacional, consolidou e armou a doutrina, acrescentando-lhe uma rationale e os conceitos de “ataques preventivos” e “supremacia absoluta” dos EUA no campo militar;

Naquele mesmo mês, perante a Assembléia Geral das Nações Unidas, ameaçou a organização de “irrelevância”, caso o Conselho de Segurança não se decidisse a apoiá-lo em sua guerra por declarar-se contra o Iraque;

Em seguidas declarações e artigos, somou-se, nos meses subseqüentes, ao esforço de construção de um “caso contra o Iraque”, processo que culminaria, em janeiro de 2003, com artigo de Condoleezza Rice no *NY Times* (“*Iraq is proving that it is a nation with something to hide. It should know that time is running out*”), e, em fevereiro, com a tentativa de Colin Powell de “provar” a má-fé de Saddam Hussein perante o CSNU;

Em 17 de março daquele ano, no seu discurso-ultimato, decretou o fim do regime baathista (“*Saddam Hussein and his sons must leave Iraq within 48 hours*”), o fracasso (a irrelevância) das Nações Unidas (“*The United Nations Security Council has not lived up to its responsibilities*”) e o surgimento de uma “*coalition of the willing*”, construída para executar o que o CSNU não se dispusera a fazer. Aludiu também, por primeira vez, ao processo de reconstrução do Iraque;

<sup>15</sup> Cf. Rice, Condoleezza. Promoting the national interest. *Foreign Affairs*, v. 79, n. 1, Feb. 2000.

Em 1º de maio, precipitou-se, declarando cumprida a missão. A partir de então, premido pelas necessidades do “*nation building*”, e acuado pelas críticas crescentes ao (não) planejamento da guerra, passou à defensiva;

Em 31 de maio, na Polônia, reconheceu a rivalidade transatlântica (que ele mesmo alimentara) e apelou por sua superação, em nome de “obrigações comuns” (“*new theories of rivalry should not be permitted to undermine the great principles and obligations that we share*”);

Em setembro, redescobriu a relevância das Nações Unidas, em seu discurso anual perante o AGNU (“*the United Nations can contribute greatly to the cause of Iraq self-government. America is working on a new Security Council resolution, which will expand the U.N. 's role in Iraq*”);

Em novembro, esbarrando na insistente ausência de armas de destruição de massa, Bush calibrou a rationale da invasão do Iraque, enfatizando-lhe aspectos idealistas (ideológicos) e neoconservadores. Por ocasião do vigésimo aniversário do National Endowment for Democracy, declarou “*The establishment of a free Iraq at the heart of the Middle East will be a watershed event in the global democratic revolution*”. Dias depois, em Londres, reiterava: “*by advancing freedom in the greater Middle East, we help end a cycle of dictatorship and radicalism that brings danger to our own people.*”

Em dezembro, por fim, achou justificativa para a invasão na decisão líbia de acabar com seus programas de ADM (“*Our understanding with Libya came about through quiet diplomacy. It is a result, however, of policies and principles declared to all.*”)

Grosso modo, o processo de formulação e implementação dos princípios bushianos de política externa, pontuado acima, respeitou evolução em dois tempos: no primeiro (2001 a maio de 2003), o presidente testou os limites de sua política (de sua liberdade de ação); no segundo (maio de 2003 a 2004), adaptou-se aos limites encontrados em obstáculos como a insurgência iraquiana, o isolamento internacional, os déficits fiscais e os imperativos reeleitorais.

Em muitos sentidos, George W. Bush pode ser considerado (e ele assim se considera) legítimo herdeiro de Ronald Reagan, que também usou a liberdade de ação americana para promover uma “revolução” na ordem internacional. Como Reagan, Bush ideologizou a política externa de seu país; como Reagan, foi responsável por momento de completa hegemonia política republicana, no Executivo, Judiciário e em ambas casas do Legislativo; como Reagan, foi aos limites da retórica liberal em matéria econômica, embora promova, na prática, o “*big government*”, aumentando os gastos militares e multiplicando déficits fiscais.

À diferença de Reagan, no entanto, Bush enfrenta enorme resistência da comunidade internacional ao enunciado e à execução de sua agenda externa. Em sua luta contra o comunismo, o ex-presidente americano somava, entre parceiros naturais, a maior parte das grandes democracias, especialmente as européias, que viviam à sombra da URSS. Como aliados periféricos, contava ainda com muitos dos regimes autoritários na África, América Latina e Ásia. Em sua desenfreada “guerra ao terrorismo”, Bush tem experimentado um crescente isolamento. O grande desafio de política externa de seu segundo mandato será, certamente, sair desse isolamento sem abrir mão de princípios e

iniciativas – entre elas a intervenção armada no Iraque – que, segundo avaliação recente do próprio presidente (entrevista ao *Washington Post*, 15 de janeiro), valeram-lhe a reeleição.

### **POLÍTICA EXTERNA DO PRIMEIRO MANDATO BUSH: AGENDA BILATERAL**

A temática da segurança dominou a agenda política americana durante o primeiro mandato de George W. Bush, ofuscando os demais temas e contaminando a atuação externa e interna do governo. No plano internacional, a ação americana pautou-se pela “guerra ao terrorismo”. No plano doméstico, as mais importantes iniciativas realizadas relacionavam-se com a defesa contra ataques terroristas (Patriot Act, criação do Departamento de Segurança Doméstica, etc.).

O restante da agenda republicana desenvolveu-se em paralelo (e sempre subordinada) a essas prioridades. No plano internacional, e na medida em que ditavam necessidades ou interesses americanos, instrumentos, doutrinas e convicções foram, no entanto, adaptados aos usos de uma política de molde mais realista. Alinho, a seguir, alguns breves comentários sobre a agenda de relacionamentos bilaterais dos EUA.

**EUA-CHINA:** A ascensão de Bush, no início de 2001, trouxe de volta a desconfiança que, por muitos anos, caracterizou o relacionamento entre Washington e Pequim. A expressão “*strategic competitor*”, herdada da campanha eleitoral (em oposição à “parceria estratégica” de Clinton), manteve-se em uso na Casa Branca, que reafirmou o engajamento com Taiwan e o fim do período de ambigüidade que marcara o relacionamento bilateral desde os anos 1970. A crise do “avião espião” (abril de 2001) acirrou ânimos de ambos os lados, embora tenha sido administrada com cautela de parte a parte. O 11 de setembro, no entanto, atuou de forma positiva nas relações entre os dois países. Gestos concretos de Pequim, como a participação na “conversão” do líder paquistanês Pervez Musharraf à causa americana contribuíram para essa reaproximação. Com a volta da questão nuclear norte-coreana, Pequim assumiu nova importância aos olhos de Washington, sendo hoje elemento-chave na equação americana de contenção de Kim Jung-il.

**EUA-CORÉIA DO NORTE:** a crise desencadeada em torno do programa atômico de Pyongyang foi motivo de conflito entre diferentes vozes no governo americano. De um lado, falcões do Departamento de Estado (John Bolton), Conselho de Segurança Nacional (Bob Joseph) e Departamento de Defesa (Paul Wolfowitz), que aplicavam ao caso os mesmos instrumentos e lógica que levaram à inclusão daquele país no “eixo do mal” e, dois anos depois, à derrubada de Saddam Hussein. Do outro, moderados como James Kelly e Colin Powell, que fizeram prevalecer a idéia de uma solução plurilateral, em muito dependente da atuação de países como China, Coréia do Sul e Japão. Prevaleceu, durante os primeiros quatro anos do governo Bush, a posição dos moderados. Uma comissão integrada por EUA, China, Rússia, Japão e as duas Coréias foi estabelecida como eixo de negociação de um acordo. As tratativas não avançaram, no entanto. EUA e Coréia do Norte mantêm-se intransigentes em suas respectivas posições, o primeiro negando diálogo direto com Pyongyang, a segunda insistindo nesse formato e acelerando seu programa nuclear.

**EUA-ÍNDIA E PAQUISTÃO:** Nos últimos quatro anos, a aliança com Islamabad foi, no melhor dos casos, conjuntural; com Delhi, definitivamente “estratégica”. George W. Bush herdara, em 2000, a

política clintoniana de “descoberta da Índia”, que se empenhou em ampliar e aprofundar. O Paquistão, por outro lado, era visto como um país no limiar da falência, um estado nuclearizado virtualmente a merecer o adjetivo “rogue”. O 11 de setembro mudou completamente essa percepção. Identificados os agressores, os EUA voltaram-se imediatamente para o Paquistão. A aproximação interessada pôs à luz algumas das maiores contradições da política dos EUA para o sudeste asiático, ao tempo em que contribuiu para um virtual conflito atômico entre os dois maiores países da região. Os interesses americanos no Paquistão permanecem os mesmos desde o 11 de setembro, encabeçados pela guerra ao terrorismo. O Paquistão representa, no curto prazo, instrumento indispensável para a consecução do objetivo maior da agenda externa americana. No longo prazo, representa um problema. O relacionamento com a Índia é, claramente, de outra natureza. Nesse país, o governo americano vê uma potência econômica em expansão, um contrapeso político e militar à China, uma manifestação oriental do modelo de democracia americano-britânica, e, não menos importante, o berço, ou a referência, de contingentes crescentemente importantes de eleitores indo-americanos.

**EUA-IRÃ:** a lógica confrontacionista, de início aplicada contra mais este membro do “eixo do mal”, cedeu lugar, diante das dificuldades de estabilizar o Iraque, a postura cautelosa e receptiva (embora com alguma frustração) à contribuição européia. O empenho da UE em dar solução à crise desencadeada pela revelação de dimensões ocultas do programa nuclear naquele país, tem permitido, até o momento, o uso da via diplomática. Recentemente, porém, declarações e denúncias dão conta de que, a fracassar essa opção, os EUA não descartariam o uso da força contra Teerã, ainda que de forma pontual e cirúrgica, na esperança de inviabilizar-lhe o programa nuclear ou minar a supostamente abalada liderança política e religiosa dos clérigos fundamentalistas. A recente eleição do ultra-conservador Mahmoud Ahmadinejad à presidência do país poderá dificultar ainda mais uma solução negociada.

**EUA-EUROPA:** As relações com o continente foram marcadas por um gradual “descolamento atlântico”. Para alguns, o afastamento foi confirmação de uma insuperável incompatibilidade.<sup>16</sup> Para outros, a crise foi conseqüência de conflito pontual de interesses. Conservadores nela viram confirmada a justeza da política de segurança americana (o não condicionar a liberdade de ação dos EUA ao endosso da “velha Europa”). Moderados e liberais reconheceram nessa disposição unilateral o ponto central do problema. O distanciamento entre EUA e Europa não é fato novo. Já na última década, quando o governo Clinton forjava os primeiros elementos da “pax americana”, a divergência de interesses era visível, embora se diluísse no apego retórico do presidente americano às aspirações idealistas e às “terceiras vias”. Esse “*transatlantic rift*”, condição pré-existente a Bush, dissipou-se na seqüência do 11 de setembro,<sup>17</sup> vindo a agravar-se um ano depois, já no contexto da crise iraquiana, especialmente em função da postura de Alemanha e França. Explorando as divisões naturais entre sócios do projeto europeu, Bush forjou alianças com Inglaterra, Itália, Espanha e Portugal, além de países da antiga Cortina de Ferro, como Polônia e Romênia. Muitos desses países participaram do esforço de reconstrução do Iraque.

<sup>16</sup> Kagan, Robert. *Of paradise and power. America and Europe in the new world order*. New York: Alfred Knopf, 2003.

<sup>17</sup> No dia 12 de setembro, a primeira página do jornal *Le Monde*, em geral cético em relação aos EUA, estampava a frase “*Nous sommes tous américains*”, título de editorial de Jean-Marie Colombani. Um ano depois, no entanto, editorial do mesmo Colombani indagava se o mundo (ou a França) não havia se tornado antiamericana em razão da política externa de Bush.

**EUA-RÚSSIA:** o pragmático relacionamento Bush-Putin foi determinado tanto pela retórica como pelos reais objetivos da “guerra ao terrorismo”. Em nome de ambos, Washington tolerou as ações russas na Chechênia e os abusos à democracia, inclusive no processo de reeleição de Vladimir Putin. Essa flexibilidade é reveladora da vulnerabilidade e limitações (não reconhecidas) da política externa americana. A Rússia foi, nos últimos quatro anos, peça-chave no intrincado quebra cabeça dos interesses dos EUA no mundo. De seus grandes aliados, é o único país com interesse e participação diretos nos três principais tabuleiros em crise da diplomacia americana: Iraque, Irã e Coréia do Norte.

**EUA-ÁFRICA:** A presença, entre os principais assessores de política externa de Bush, de dois afro-americanos<sup>18</sup> não foi suficiente para imprimir sentido de prioridade ao relacionamento com o continente africano, que permaneceu pautado, além do tema da segurança, por questões como o combate à AIDS e, de modo menos determinante, pela segurança energética. A questão do desenvolvimento e do combate à pobreza foi enquadrada dentro dos moldes conservadores de uma política de “méritos e resultados”, cujas expressões máxima foram a visita à África do Secretário do tesouro O’Neill<sup>19</sup> e o programa Millenium Challenge Account, que prevê cooperação condicionada à realização de reformas políticas e econômicas de cunho liberal.<sup>20</sup>

**EUA-AMÉRICA LATINA:** apesar das promessas de um “século das Américas”, a política hemisférica de Bush distinguiu-se pela falta de originalidade e relevância. Na pauta regional, do lado americano, os mesmos velhos temas (narcotráfico e comércio), acrescidos da ênfase no combate ao terrorismo e da timidez no tratamento da questão migratória – para desconsolo de Vicente Fox e Carlos Castañeda, que muito investiram na relação com o vizinho do Norte. A reação negativa à atitude americana no episódio da quase-derrubada de Hugo Chávez (o reconhecimento intempestivo do novo governo) levou o governo Bush a, posteriormente, evitar envolvimento direto no equacionamento de grandes crises regionais (caso da Bolívia e do Equador, por exemplo).

## DESAFIOS DO SEGUNDO MANDATO BUSH

O presidente americano, George W. Bush, saiu fortalecido e prestigiado da eleição de 2 de novembro de 2004. O resultado do pleito deu-lhe mandato renovado e indiscutível, situação que contrasta sobremaneira com a fragilidade da eleição de 2000.<sup>21</sup>

A amplitude da vitória deu ao presidente capital político mais que suficiente para permitir a continuidade (ou mesmo a intensificação) de seu projeto conservador. Segundo declarações feitas dias antes da posse, em janeiro de 2005, Bush pretende fazer uso pleno desse capital, na realização de projetos nos planos doméstico e internacional.

<sup>18</sup> Condoleezza Rice, Conselheira de Segurança Nacional no primeiro mandato de Bush, atualmente Secretária de Estado, e Colin Powell, que ocupou essa posição no primeiro mandato.

<sup>19</sup> A viagem, realizada em companhia do cantor de rock Bono Vox, do U2, ficou conhecida na mídia como “*The Odd Couple Tour*”

<sup>20</sup> Mais informações sobre o *Millenium Challenge Account*. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/infocus/developingnations/millennium.html>>.

<sup>21</sup> Bush derrotou John Kerry por margem superior a 3,5 milhões de votos. Paralelamente, o Partido republicano ampliou sua vantagem no Congresso e ampliou o número de governadores estaduais. Em 2000, havia derrotado Al Gore no Colégio Eleitoral, mas perdido no voto popular por diferença de meio milhão de votos.

Em linhas gerais, confirmou-se, logo após o pleito, a impressão de que o presidente pretende, em seu segundo mandato, assumir, de forma mais personalista, o controle dos principais aspectos da política americana. Assim, não tardou em promover assessores diretos da Casa Branca para a chefia de órgãos da importância dos Departamentos de Estado e Justiça,<sup>22</sup> ao tempo em que expurgou das principais instâncias governamentais dissidentes e críticos.<sup>23</sup>

A vontade, ou necessidade, de reconstruir alianças abaladas no primeiro mandato republicano, no entanto, parece evidente, e poderá moderar excessos unilateralistas. Iniciativas realizadas nas primeiras semanas do segundo mandato, tais como a participação no esforço de ajuda às vítimas do Tsunami e a primeira viagem de Bush à Europa, são exemplos da preocupação com o isolamento internacional.

Não obstante esses esforços, é lícito supor que a agenda internacional do segundo mandato republicano não mude em essência. Segurança e combate ao terrorismo possivelmente continuarão a determinar a atuação externa dos EUA. A seguir, alguns apontamentos sobre os principais aspectos desses futuros desafios.

**PERSONALIZAÇÃO E DISCIPLINA:** a nomeação de assessores diretos do presidente para importantes cargos ministeriais permite supor, em governo que já se distinguiu pela “ordem unida”, preocupação crescente com a disciplina e tendência a uma maior personalização do segundo mandato, centrado na figura do presidente. Em especial, chama a atenção a escolha, para chefiar o Departamento de Justiça, do polêmico Alberto Gonzalez, ex-assessor jurídico da Casa Branca, implicado no episódio de tortura de prisioneiros em Abu Ghraib (teria produzido parecer justificando práticas mais “rigorosas” de interrogatório). Não menos significativa foi a escolha de Condoleezza Rice, ex-Assessora de Segurança Nacional, para a vaga de Secretária de Estado. Rice está entre as mais próximas e fiéis colaboradoras de Bush. Em janeiro, substituiu o prestigiado, e indisciplinado, Colin Powell, que, em mais de uma ocasião, externou discrepâncias em relação a política externa republicana.

Não obstante essa tendência, a substituição de neoconservadores por moderados nos segundo e terceiro escalões do DoS<sup>24</sup> pode ser sinal de disposição mais construtiva (cooperativa) no cenário internacional. É o caso, especialmente, de John Bolton, candidato à vaga de Subsecretário de Estado, preterido em benefício de Bob Zoellick (tido como um “*coalition builder*”).

A sombra dos neoconservadores permanecerá, no entanto, e, com ela, a perspectiva de eventual endurecimento diplomático ou, a exemplo do que ocorreu no primeiro mandato, de conflitos internos.<sup>25</sup> John Bolton, por exemplo, foi indicado para a vaga de embaixador junto à ONU, e Paul Wolfowitz foi designado para a presidência do Banco Mundial. Não há rumores, por outro lado, sobre

<sup>22</sup> Foram respectivamente nomeados para chefiar esses Departamentos Condoleezza Rice, ex-Conselheira de Segurança Nacional, e Alberto Gonzalez, ex-Assessor Jurídico da Casa Branca.

<sup>23</sup> Colin Powell, cuja relutância em relação à política externa republicana era notória, afastou-se do Departamento de Estado, acompanhado de seu Vice, James Kelly.

<sup>24</sup> Department of State.

<sup>25</sup> O mais tradicional deles sendo entre os Departamentos de Estado e de Defesa.

uma saída do falcão Rumsfeld – nem qualquer dúvida de que Dick Cheney continuará exercendo forte influência sobre os rumos do país.

**AJUSTES RETÓRICOS:** percebe-se, em falas do presidente após a reeleição, preocupação crescente com uma suavização da retórica belicista que marcou a sua primeira gestão. O discurso de posse<sup>26</sup> e o discurso sobre o “Estado da União”<sup>27</sup> são, a esse respeito, particularmente interessantes. Em ambos, Bush acentuou a tônica ideológica, destacando o “imperativo democrático”, absoluto e universal, e a “missão” americana de promover a “liberdade” em todo mundo (não por acaso, o discurso de posse entrou para a história política americana como o “*Freedom Speech*”). Essa nova ênfase levou Bush, por respeito a uma coerência nem sempre observada, a cobrar democracia de parceiros históricos como Egito e Arábia Saudita. Em sua recente visita à Europa, estendeu essa cobrança a Vladimir Putin, tendo o cuidado de resguardar, no entanto, a importância estratégica da parceria com a Rússia.

**REAPROXIMAÇÃO COM ALIADOS HISTÓRICOS:** em parte, o ajuste retórico de Bush tem como objetivo permitir uma reaproximação com parceiros históricos, especialmente na Europa. É conhecido o impacto que, sobre as relações transatlânticas, teve a guerra do Iraque. O esfriamento das relações com França e Alemanha (e, em menor medida, com Bélgica, Holanda, Suécia, Dinamarca, Noruega e Luxemburgo, além da própria Comissão Européia) contribuiu para o isolamento internacional do governo republicano, durante boa parte dos últimos quatro anos. Ao iniciar-se seu segundo mandato, o presidente americano dá sinais inequívocos de buscar romper esse isolamento. Não por acaso, a primeira viagem internacional após a reeleição deu-se justamente na Europa, onde Bush avistou-se com alguns de seus críticos mais contundentes (Chirac e Schroeder, por exemplo). Em jogo estão não somente o restabelecimento de laços históricos, mas também o tratamento de itens prementes da agenda internacional, como a nuclearização de Irã e Coreia do Norte, ou a crise israelo-palestina, para cujo encaminhamento diplomático os EUA dependem, em certa medida, da atuação européia.

**O DOS E A “DIPLOMACIA DE TRANSFORMAÇÃO”:** mais do que a uma simples reaproximação com a Europa, no entanto, o ajuste retórico corresponde à disposição da nova Secretária de Estado de promover uma redefinição da estratégia de inserção americana no mundo – exercício que se baseia no entendimento de que a estratégia anterior, correta em essência, vinha tendo mal executada sua dimensão diplomática. Desde que assumiu o DoS, Condoleezza Rice tem-se empenhado nesse projeto, que se define na expressão “*transformational diplomacy*”. O cerne dessa nova política constrói-se no entendimento de que os EUA devem promover uma transformação do mundo, e não apenas adaptar-se a suas circunstâncias através de políticas de contenção e dissuasão.

A premissa não é nova, e serviu à segunda rationale a justificar a operação militar no Iraque (a “*rationale moral*” da democratização do Oriente Médio). A novidade está no entendimento de que a assertividade que marcou a dimensão militar da política externa americana faltou à dimensão diplomática. É diagnóstico corrente entre republicanos de que, em que pese sua estatura, faltou empenho e eficácia à gestão Colin Powell no DoS, incapaz de fazer o mundo entender a “missão” dos

<sup>26</sup> 20 de janeiro.

<sup>27</sup> 2 de fevereiro.

EUA. Nesse particular, critica-se muito seu trabalho no que tange à “diplomacia pública”, tarefa de que, nos último quatro anos, se ocuparam 3 diferentes subsecretários de estado.<sup>28</sup>

Em contraste com Powell, Rice tem sido mais assertiva em pronunciamentos e declarações, ao tempo em que demonstra mais disposição para viagens e visitas internacionais.<sup>29</sup> Dá, por outro lado, enorme importância à diplomacia pública, área para a qual convidou, como coordenadora, ninguém menos que Karen Hughes, principal assessora da campanha Bush 2000 – o fato em si comprova a importância atribuída pelo próprio presidente ao exercício.

**FUTURO DO IRAQUE:** as eleições iraquianas foram interpretadas pelo governo Bush como importante vitória política, ao legitimar, na leitura oficial, a decisão de ocupar o país. Na prática, o pleito oferece a possibilidade de um paulatino desengajamento militar, na medida em que permita uma normalização da crise desencadeada pela invasão de 2003, ou precipite, por exigência do novo governo, a substituição de forças dos EUA por tropas iraquianas. Cerca de 1.700 soldados americanos já morreram em razão da guerra, que consumiu centenas de bilhões de dólares. Esses números, que seriamente ameaçaram a reeleição do presidente, surgem hoje como um dos maiores obstáculos à manutenção da hegemonia republicana no Congresso, que poderá terminar em novembro de 2006 (eleições legislativas). Tendo em perspectiva tal ameaça, é provável que, a médio prazo, Bush tire proveito de uma eventual evolução positiva da situação iraquiana para reduzir o envolvimento de seu país.

---

<sup>28</sup> O mais conhecido dos quais foi a celebrada publicitária Charlotte Beers, outrora presidente da multinacional da propaganda Ogilvy & Mather.

<sup>29</sup> Entre janeiro e abril de 2005, esteve 2 vezes na Europa, 1 no Oriente Médio, 1 no Extremo Oriente e 1 na América Latina.